



ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. - CNPJ: 20.692.513/0001-18

Relatório da Administração

Mensagem do Presidente
A Alopap Participações e Comércio S/A é uma holding de participações que investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas. Em 2021 a Alopap fortaleceu a sua estrutura de Governança com a participação em Grupos de apoio aos acionistas. A preocupação com os aspectos ambientais, sociais e de governança também obtiveram destaque dentro das empresas, com investimentos para redução de emissão de particulados e ações sociais dentro das comunidades onde as empresas estão inseridas. No contexto geral o ano de 2021 foi marcado

pela retomada da economia com a abertura das principais economias mundiais devido a desaceleração da COVID 19 e pelos estímulos fiscais e monetários aplicados pelos governos. No mercado interno o aumento da inflação aliado à volatilidade da taxa de câmbio e taxa de juros, traz cautela para o desempenho da economia no curto e médio prazo. Na realidade, as mudanças do ambiente se tornaram propulsores para nos reinventarmos e alcançarmos grandes realizações.

Desempenho Econômico e Financeiro do Portfólio - Este relatório da Alopap Participações e Comércio S/A é relativo ao ano 2021. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem

como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards). As empresas investidas apresentaram forte recuperação em desempenho operacional. Cabe destacar que este foi o recorde de faturamento consolidado da história das investidas, principalmente no mercado de óxido eletrofundidos e fertilizantes. A Alopap administra os ativos de suas controladas que perfaz um valor total de R\$ 402,1 milhões em 2021 (R\$ 359,6 milhões em 2020). O resultado individual da Alopap demonstra as despesas administrativas no valor de R\$ 68 mil reais em 2021 bem próximo ao resultado de 2020. O resultado da equivalência patrimonial de suas investidas foi de R\$ 48,7 milhões contra R\$ 17,0 milhões de 2020. A empresas investidas

apresentam condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. O ano de 2022 se inicia com novas perspectivas e oportunidades, acreditamos as empresas investidas podem e devem assumir papel relevante no desenvolvimento do Brasil, principalmente no mercado de fertilizantes, contribuindo com a economia, com a geração de empregos, demonstrando assim que conseguimos gerar valor para nossos colaboradores, comunidade e acionistas.
Arnaldo Curimbaba / Marlene Ferreira Curimbaba
Alopap Participações

Balanco Patrimonial 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	317	39
Dividendos a receber (Nota 7)	3.942	3.387
Outros ativos	10	88
	<u>4.269</u>	<u>3.514</u>
Não Circulante		
Investimentos (Nota 8)	402.097	359.623
Imobilizado (Nota 9)	420	430
	<u>402.517</u>	<u>360.053</u>
Total do ativo	<u>406.786</u>	<u>363.567</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.000	70.914	8.823	140.258	-	299.995
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	16.997	16.997
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.997	16.997
Varição cambial de investidas no exterior	-	41.034	-	-	-	41.034
Perdas por variação de participação no capital da coligada	-	(75)	-	-	-	(75)
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	849	-	(849)	-
Dividendos adicionais distribuídos (Nota 12)	-	-	-	-	(4.037)	(4.037)
Retenção de lucros	-	-	-	12.111	(12.111)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.000	111.873	9.672	152.369	-	353.914
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	48.632	48.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.632	48.632
Varição cambial de investidas no exterior	-	8.952	-	-	-	8.952
Ganhos por variação de participação no capital da coligada	-	229	-	-	-	229
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	2.432	-	(2.432)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(11.550)	(11.550)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	(11.397)	(11.397)	-
Retenção de lucros	-	-	-	34.650	(34.650)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.000	121.054	12.104	175.622	-	388.780

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional - As atividades da Alopap Participações e Comércio S.A. ("Alopap" ou "Companhia") compreendem basicamente a administração de bens próprios e a construção e comércio de bens imóveis e principalmente a participação em outras sociedades. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. A Alopap é uma Holding que possui participação de 38% nas empresas do Grupo Curimbaba. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Alopap Participações e Comércio S.A., em 29 de abril de 2022. **(a) Disseminação do novo coronavírus (COVID-19)** - Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral. A Companhia e suas coligadas vêm implementando ações que, prioritariamente, visam proteger os seus funcionários e parceiros comerciais, bem como as comunidades onde atua. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as Administrações adotaram algumas medidas, com o objetivo de minimizar os efeitos da crise sanitária. Estas medidas incluíram adoção do teletrabalho (home-office) para os empregados dos departamentos administrativos, além de medidas de distanciamento nos locais de trabalho, transporte e refeitório. As Administrações da Companhia e de suas coligadas também vêm monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas na coligada Mineração Curimbaba. Em relação a ativos não financeiros, a Administração da Companhia não identificou indicadores de impairment.

2. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: (f) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros**: permissão de mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. (ii) **Relações de hedge**: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos"; prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para a Companhia. (a) **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 16/ CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37/ CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) **IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"** - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/ CPC 6 - "Arrendamentos"** - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do ar-

rendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) **IFRS 1/ CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"** - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) **IAS 41/ CPC 29 - "Ativos Biológicos"** - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **Alteração ao IAS 1/ CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1/ CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Alopap são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado e em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5 Investimento em coligadas** - Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adi-

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2021	2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
Despesas administrativas (Nota 13.1)	(68)	(56)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	48.701	17.054
Lucro operacional	<u>48.633</u>	<u>16.998</u>
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>48.632</u>	<u>16.997</u>
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,61	0,21

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	48.632	16.997
Perdas por variação de participação no capital de investidas	229	(75)
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	8.952	41.034
Total do resultado abrangente do exercício	<u>57.813</u>	<u>57.956</u>

cionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo Curimbaba. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.6 Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, galpão, oficina e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos	
	2021	2020
Edificações	25	25
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. 2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 2.8 Provisões - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.9 Capital social - As ações são classificadas no patrimônio líquido. 2.10 Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determina dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. 2.11 Reconhecimento da receita - Receita financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: (a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado - Conforme apresentado na Nota 2.6, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras. 4 Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia como holding não a expõem a riscos financeiros. 5 Instrumentos financeiros por categoria		

	2021	2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	317	317
Dividendos a receber	3.942	3.387
Passivos		
Dividendos a pagar	(17.073)	(17.073)
	<u>(12.814)</u>	<u>(12.814)</u>

	2021	2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	39	39
Dividendos a receber	3.387	3.387
Passivos		
Dividendos a pagar	(8.720)	(8.720)
	<u>(5.294)</u>	<u>(5.294)</u>

	2021	2020
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	1	1
Banco Bradesco S/A - Conta Corrente	316	38
	<u>317</u>	<u>39</u>

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.632	16.997
Ajustes		
Depreciação	10	9
Reversão de provisão para contingências	(9)	-
Equivalência patrimonial	(48.701)	(17.054)
Variáveis nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de outros ativos	78	(85)
(Aumento) redução de outros passivos	9	(11)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>19</u>	<u>(144)</u>

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
	2021	2020
Dividendos recebidos	14.856	3.838
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>14.856</u>	<u>3.838</u>

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
	2021	2020
Dividendos pagos aos acionistas	(14.597)	(3.719)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(14.597)</u>	<u>(3.719)</u>

Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		
	2021	2020
No início do exercício	39	64
No final do exercício	317	39
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>278</u>	<u>(25)</u>

Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha.

7 Dividendos a receber		
	2021	2020
Mineração Curimbaba Ltda.	3.942	3.093
Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda.	-	294
	<u>3.942</u>	<u>3.387</u>

A movimentação desta conta está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	3.387	4.713
Dividendos disponibilizados pelas investidas	15.411	2.512
Dividendos recebidos	(14.856)	(3.838)
	<u>3.942</u>	<u>3.387</u>

8. Investimentos		
	2021	2020
Investimentos em coligadas	402.097	359.623
Total	<u>402.097</u>	<u>359.623</u>

(a) Informações das coligadas			



ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. - CNPJ: 20.692.513/0001-18

Relatório da Administração

Aos Administradores e acionistas Alopap Participações e Comércio S.A. **Opinião com ressalva** - Examinamos as demonstrações financeiras da Alopap Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alopap Participações e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** - Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia apresentava excesso de reservas de lucros sobre o saldo de capital social. Os acionistas da Companhia não contemplaram na Assembleia Geral em 4 de maio de 2021, a destinação, como aumento de capital ou distribuição de dividendos, do excesso apresentado em 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Lei no 6.404/76. Esta Lei determina que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Conseqüentemente, a Companhia não está totalmente aderente à legislação aplicável às sociedades por ação (Lei no 6.404/76). Não nos foi praticável estimar os impactos que essa não aderência integral aos requisitos da referida Lei pode ter sobre a Companhia e suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de

2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa

em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5
Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/4861-8AC1-E062-A140> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4861-8AC1-E062-A140



Hash do Documento

naXG/LsjgD3WWT//zB61+D8R5rJcOTy+NDwF4gNXg8M=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/11/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 10/11/2022 21:52 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

